

FERNANDA CLEMILDA SANTOS DE OLIVEIRA

**DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO NO BRASIL NOS ANOS
1992-2002**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Angela Welters

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDA CLEMILDA SANTOS DE OLIVEIRA

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO NO BRASIL NOS ANOS
1992-2002

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia, no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

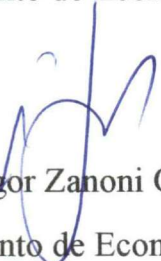
Orientador:


Prof. Angela Welters

Departamento de Economia, UFPR


Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio

Departamento de Economia, UFPR


Prof. Dr. Igor Zanoni Carneiro Leão
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 16 de novembro de 2004.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	iv
LISTA DE TABELAS	v
RESUMO	vi
1 INTRODUÇÃO	01
2 CONTEXTO ECONÔMICO BRASILEIRO ENTRE 1970 E 2002	03
2.1 A ECONOMIA BRASILEIRA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS.....	03
2.2 A ECONOMIA BRASILEIRA: PERÍODO 1990-2002.....	09
2.3 AS CONSEQÜÊNCIAS PARA O MERCADO DE TRABALHO.....	16
2.3.1 Mudanças no Papel do Estado e no Emprego.....	16
2.3.2 Abertura da Economia e Emprego.....	17
2.3.3 A "Nova Economia" e o Emprego.....	18
2.3.4 Desenvolvimento Regional e Emprego.....	18
2.3.5 O Desempenho do Mercado de Trabalho.....	20
2.3.5.1 Mareio Pochmann.....	20
2.3.5.2 Neri, Camargo & Reis e Ramos & Britto.....	22
2.3.5.3 Renato Baumann.....	24
3 DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO BRASIL	26
3.1 O ÍNDICE DE GINI DO BRASIL.....	26
3.1.1 O Índice de GINI Como Indicador de Desigualdades.....	26
3.1.2 Comparação do Índice de GINI Brasileiro com Outros Países.....	28
3.1.3 O Índice de GINI dos Rendimentos Brasileiros.....	30
3.1.4 Regiões Brasileiras e Índice de GINI.....	31
3.1.5 Distribuição dos Rendimentos dos Homens e das Mulheres.....	34
3.2 A APROPRIAÇÃO DA RENDA PELOS RICOS E POBRES.....	35
3.2.1 Desigualdades nas Duas Últimas Décadas.....	35
3.2.2 Desigualdades de Rendimentos Entre 1992 e 2002.....	36

3.2.3 Parcelas da Renda Destinadas aos Mais Ricos e aos Mais Pobres da População.....	38
3.3 A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA ENTRE 1992 E 2002.....	39
3.4 A TRAJETÓRIA DA RENDA MÉDIA.....	42
3.4.1 Renda Média e Desempenho do Plano Real.....	42
3.4.2 Diferenças Regionais de Rendimentos.....	43
3.4.3 Gênero e Desigualdades de Rendimentos.....	44
4 CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	CURVA DE LORENZ.....	27
GRÁFICO 2 -	EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO, POR GRANDES REGIÕES – 1992/2002.....	33
GRÁFICO 3 -	DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA.....	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	-	ÍNDICE DE GINI DE ALGUNS PAÍSES.....	29
TABELA 2	-	ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO – 1992/2002.....	30
TABELA 3	-	ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO, POR GRANDES REGIÕES – 1992/2002.....	32
TABELA 4	-	ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO, POR SEXO – 1992/2002.....	34
TABELA 5	-	RAZÃO ENTRE A PARCELA DA RENDA TOTAL APROPRIADA PELOS 10% MAIS RICOS E PELOS 10% MAIS POBRES DO BRASIL – 1970, 1980, 1990.....	35
TABELA 6	-	RAZÃO ENTRE O RENDIMENTO MENSAL DOS 10% MAIS POBRES DE DOS 10% MAIS RICOS DO BRASIL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE – 1992/2002.....	37
TABELA 7	-	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL.....	38
TABELA 8	-	REPARTIÇÃO DO PIB A CUSTO DE FATORES 1992-2002.....	40
TABELA 9	-	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE – 1992/2002.....	42
TABELA 10	-	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES.....	44
TABELA 11	-	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO – 1992/2002.....	45

RESUMO

Com o objetivo de analisar a distribuição da renda do trabalho no Brasil entre os anos de 1992 e 2002, este trabalho faz uma retrospectiva da economia brasileira nas décadas de 70, 80 e 90, enfatizando nesta última as reformas ocorridas no período estudado (abertura da economia, redução da intervenção estatal e reforma monetária) e as conseqüências para o mercado de trabalho sob a visão de alguns teóricos do assunto. Em seguida faz-se uma análise da distribuição da renda do trabalho sob os aspectos do índice de GINI do Brasil, da apropriação da renda pelos percentis da população (10% mais pobres e 10% mais ricos) e da distribuição funcional da renda. Os principais resultados mostram a semelhança da estrutura distributiva do Brasil com países da África extremamente pobres e atrasados economicamente. Indicam também as regiões Centro-Oeste e Nordeste como campeãs em concentração de renda do país e o agravamento das desigualdades na distribuição dos rendimentos das mulheres ao longo do período estudado. Entre os homens os resultados demonstram que a distribuição praticamente não se alterou; além disso, nota-se a perda da participação das remunerações do trabalho no PIB a custo de fatores após a implantação do Plano Real. Verificou-se também que a maior parcela da renda se concentrou nas mãos de poucas pessoas situadas nas classes sociais mais altas da sociedade e que a política econômica da década de 90, embora tenha favorecido a redução da pobreza absoluta, não foi capaz de promover uma distribuição mais equitativa da riqueza nacional.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países com pior distribuição de renda do mundo. Esse quadro tem marcado a história da sociedade brasileira há séculos, e tem permanecido estável nas últimas décadas.

Os rendimentos da economia estão distribuídos entre salários, lucros, juros e aluguéis e sabe-se de antemão que essa divisão é desigual pelo histórico de má distribuição de renda do país.

A renda proveniente do trabalho também é distribuída de forma desigual, devido à interação do mercado de trabalho com o contexto social preexistente, além das políticas adotadas pelo governo e das mudanças ocorridas no cenário internacional.

Entre 1970 e 2002 houve várias mudanças econômicas no Brasil, causadas pelos mais diversos motivos, tais como a adoção de um modelo econômico voltado para as exportações em meados dos anos 70 com objetivo de crescimento sustentável, alterações na estratégia de crescimento causadas pelos choques do petróleo, inflação galopante causada pelo aumento do endividamento público do país, adoção de políticas neoliberais seguindo a tendência mundial, mudança de regime cambial decorrente de crises internacionais entre outros. Os mais diversos cenários da economia brasileira podem ter repercutido sobre o desempenho da atividade produtiva e sobre a configuração da repartição da renda nacional.

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento da distribuição da renda da renda do trabalho no Brasil, no período de 1992 a 2002 diante das alterações ocorridas na estrutura econômica e social do país.

No primeiro capítulo será realizada uma revisão bibliográfica, para fornecer um instrumental teórico necessário ao embasamento deste trabalho, contendo uma descrição dos principais acontecimentos da economia nas décadas de 70 e 80, um histórico da distribuição de renda nessas últimas décadas, um panorama da economia brasileira dentro do período a ser estudado (1992-2002) e suas conseqüências para o

mercado de trabalho.

Em seguida, será abordada a distribuição de renda do Brasil através da comparação do índice de GINI do Brasil com outros países do mundo, da repartição da renda entre os ricos e pobres e da distribuição funcional da renda entre 1992 e 2002 e também será mostrada a trajetória da renda do trabalho ao longo desses anos.

E por fim serão apresentadas as conclusões do trabalho realizado.

2 CONTEXTO ECONÔMICO BRASILEIRO ENTRE 1970 E 2002

Neste capítulo será apresentado o instrumental teórico necessário à análise da distribuição da renda proveniente do trabalho no Brasil no período de 1992 até 2002. Primeiramente, será apresentado um breve histórico da economia do país a partir de 1970. Em seguida serão apresentadas as transformações ocorridas na economia brasileira ao longo da década de 90 e início da década seguinte e depois serão descritas as conseqüências desses eventos para o mercado de trabalho.

2.1 A ECONOMIA BRASILEIRA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Segundo BRESSER-PEREIRA (1987), pode-se dizer que o processo de industrialização do país favoreceu a concentração de renda em favor dos capitalistas e da classe média. À medida que a industrialização por substituição de importações avançava da produção de bens de consumo geral (tecidos e alimentos) para outros mais sofisticados (automóveis, eletroeletrônicos, etc.) e com maior valor agregado, estes se destinavam a parcelas cada vez menores da população. Para garantir o dinamismo dessa indústria, o modelo de desenvolvimento econômico adotado baseou-se num processo de concentração da renda nas classes médias e altas. Nos anos 60, esse foi o caminho trilhado pela economia brasileira que garantiu a retomada do crescimento a partir de 1967. Apesar de injusto do ponto de vista social, foi economicamente viável por longo período de tempo, tendo gerado um descompasso entre o aumento da produtividade e a remuneração do trabalho (Ibid, 1987).

O período compreendido pelo final dos anos 60 e início da década de 70 ficou conhecido como o “milagre econômico brasileiro”, devido às altas taxas de crescimento real apresentadas, com taxas de inflação moderadas (VASCONCELLOS *et alli*, 1996, p.192).

Após um período recessivo, políticas voltadas para o crescimento econômico e combate à inflação, além do cenário internacional possibilitaram taxas médias de

crescimento do produto de 10% anuais a partir de 1968, até meados de 1973. Inicialmente, os governos militares tinham a intenção de promover um crescimento acelerado e auto-sustentado, adotando um modelo de substituição de importações, mas tal idéia foi abandonada porque o país precisava de recursos vindos do exterior para alcançar as taxas de crescimento desejadas, e como o comércio internacional estava em expansão (taxa média de 8% ao ano), o rumo da política econômica passou a ser orientado “para fora”, ou seja, voltado para o mercado externo. Para isso, foram criados incentivos às exportações, sendo o principal deles as mini-desvalorizações da moeda (*crawling-peg*), além da concessão de linhas de crédito para a produção de bens destinados à exportação e isenções fiscais (FURTADO, 1998, p. 194).

Os militares tinham uma necessidade de legitimação do regime instituído e acreditavam na possibilidade de consegui-la através da retomada do crescimento econômico (VASCONCELLOS *et alli*, 1996, p.192).

A recessão do período anterior gerou capacidade ociosa na indústria e quando ela começou a crescer ocupando essa capacidade ociosa, absorveu uma parcela da mão-de-obra vinda do campo devido principalmente à mecanização deste, ao cultivo da soja e também incentivado pelas políticas governamentais de crescimento (VASCONCELLOS *et alli*, 1996, p.192 e FURTADO, 1998, p.197).

Dessa forma, as exportações cresceram a altas taxas (13,7% em 1968; 22,8% em 1969; 18,5% em 1970) e apresentaram maior diversificação, tanto de novos produtos primários como pela crescente parcela de produtos industrializados. Apesar do bom desempenho das exportações, houve uma onda de endividamento externo, tendo crescido em torno de 13 bilhões de dólares, apontada como necessária para alcançar as taxas de crescimento desejadas. Desse aumento da dívida de 13 bilhões de dólares, metade constituía reservas, então a situação era de pouquíssima vulnerabilidade externa, grande estoque de reservas e situação cambial favorável (VASCONCELLOS *et alli*, 1996, p.195 e FURTADO, 1998, p.195).

Além das exportações, a demanda interna também cresceu, principalmente

por causa das políticas governamentais de desenvolvimento, da concessão de crédito aos consumidores (endividamento familiar), do aumento dos consumidores urbanos ou dos trabalhadores assalariados nos setores industrial e de serviços e da expansão dos meios de comunicação (FURTADO, 1998, p.196).

Para conter a inflação, o governo passou a controlar os principais preços da economia como o câmbio, os salários, os juros, as tarifas e adotou práticas de administração de preços para conter aumentos de preços acima da inflação. Como os salários foram comprimidos para não aumentarem os custos dos produtos e serviços, a consequência foi a perda acentuada real dos salários, possibilitando a expansão e a acumulação de capitais (VASCONCELLOS *et alli*, 1996, p.199).

As consequências dessa concentração de renda, segundo FURTADO (1998, p.198) foram “a elevação dos padrões de consumo de pequeno segmento da população, notadamente de bens de consumo duráveis – destacando-se automóveis e eletrodomésticos -, e estimulou, no segmento de renda inferior, hábitos de países de *renda per capita* mais elevada.”

Para VASCONCELLOS *et alli* (1996, p.199), “a concentração de renda que ocorreu no período foi a principal crítica ao Milagre”. Alguns teóricos encaram a concentração de renda desse período como uma estratégia necessária para viabilizar o crescimento econômico num primeiro momento, para depois dividir entre todas as camadas da população (“Teoria do Bolo”, primeiro cresce depois divide). Outros consideram essa concentração típica de um processo de desenvolvimento no qual se demandava mão-de-obra qualificada, e dada sua escassez, os mais qualificados tiveram sua renda aumentada em relação aos menos qualificados, mas no geral todos melhoraram as respectivas rendas, embora os mais ricos melhoraram mais que os mais pobres.

Foi implantado entre o final da década de 60 e início da década de 70 o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), definido pelo governo como um “modelo brasileiro e estratégia de desenvolvimento”, cujos principais pólos

geradores seriam os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e a partir deles os investimentos se expandiriam até o ponto de eliminar as desigualdades entre as regiões brasileiras. Esse modelo se limitou ao desenvolvimento setorial e à produção de bens de consumo durável, e como favoreceu uma maior industrialização dessas regiões, as desigualdades regionais, o subemprego e a pobreza se acentuaram (FURTADO, 1998, p.199).

Em termos quantitativos, o PIB cresceu 11,1% em 1972 e 13,6% no ano seguinte; as exportações aumentaram 174% no período 1971-1974, e a nossa economia se tornou a oitava maior do mundo em 1973. Em contrapartida, a dívida externa bruta cresceu assustadoramente, e esse mecanismo de endividamento foi o motor do crescimento econômico do período. Como consequência disso o país tornou-se mais vulnerável ao ambiente externo. O aumento brusco do preço do petróleo em meados de 1973 no mercado mundial (choque do petróleo) causou sérios desequilíbrios no balanço de pagamentos brasileiro, a inflação saltou de 15% em média para 34,5% em 1974 e as importações cresceram 104% no mesmo ano (FURTADO, 1998, p.200).

A partir de 1974 foi implantado o II PND, mais flexível que o primeiro e condicionado ao contexto mundial. A política de endividamento externo como promotor do crescimento foi mantida, porém tinha maior capacidade de adaptação ao cenário internacional. O modelo de substituição de importações foi retomado com ênfase nos setores de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos: foram elaborados programas setoriais para celulose e papel, metais não-ferrosos, químicos entre outros, aumentaram os investimentos no setor energético e promoveu-se a exploração de fontes alternativas de energia (PROÁLCOOL). Foram concedidos subsídios às exportações de manufaturados, e estes passaram a dominar a pauta de exportações a partir de 1978. Entre 1974 e 1979, as exportações cresceram em média 13,9% ao ano e as receitas auferidas duplicaram entre 1973 e 1979, porém o balanço de pagamentos continuou deficitário (FURTADO, 1998, p. 205).

Segundo FURTADO (1998, p.207),

O II PND alcançou a maior parte de seus objetivos, tendo o processo de substituição possibilitado um melhor desempenho do comércio exterior, notadamente no início dos anos oitenta, gerando superávits na balança comercial. O produto real cresceu à taxa média de 6,9% ao ano, no período 1973-1978, e a renda *per capita* elevou-se de 1.308 dólares em 1973 para 1.580 dólares em 1978.

No início de 1979 o mundo presenciou o segundo choque do petróleo, e com isso houve retração no comércio internacional. As exportações do Brasil caíram e o país encerrou a década com desequilíbrio no balanço de pagamentos e altas taxas de inflação, já que a dívida pública era coberta com emissão de moeda.

Em síntese, na década de 70, após cinquenta anos de industrialização acelerada, o Brasil havia terminado sua revolução industrial e se tornou predominantemente capitalista. O progresso tecnológico da indústria se transformou numa parte integrante do sistema, e o reinvestimento dos lucros auferidos pelo empresariado era uma condição de sobrevivência para estes. Porém, quase a metade da população se encontrava em condições de miséria (BRESSER-PEREIRA, 2002).

A partir de 1980 foi implantado o III PND, cuja ênfase eram os setores energético, agrícola e exportador. Tal como nos anos 70, a busca pela auto-suficiência em petróleo e o uso de fontes alternativas foram objetivos do governo para o setor energético. Através da concessão de subsídios à agricultura o governo objetivava elevar a produção agrícola, o que foi alcançado no início da década de 80, porém essa elevação não continuou em 1982 devido à queda da produção do café (FURTADO, 1998, p. 211).

A balança comercial foi superavitária em 1981-1982, mas os resultados de 82 eram inferiores ao previsto. As reservas internacionais caíram e a economia brasileira se encontrava extremamente vulnerável (FURTADO, 1998, p. 211).

O cenário de instabilidade econômica se estendeu na economia brasileira por toda a década de 80, e as altas taxas de inflação marcaram esse período. Houve declínio do PIB à taxa média de 0,21% ao ano e do emprego à taxa de 0,43% (FURTADO, 1998, p. 222).

A partir da segunda metade dos anos 80 houve uma busca incessante pela estabilização da economia, que se traduziu em diversos planos de congelamento de preços, salários e câmbio, além de medidas objetivando a desindexação, ajuste fiscal e controle da oferta de moeda e crédito. Esses planos de estabilização (Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão e plano Collor) conseguiram conter a inflação por curtos períodos de tempo, mas logo ela ressurgia em níveis superiores aos dos períodos anteriores aos planos, devido principalmente à falta de ajustes profundos e duradouros na economia. Impossibilitado de pagar o serviço da dívida e/ou realizar amortizações, foi decretada moratória por duas vezes: em 1987 e em 1989 (FURTADO, 1998, p. 222).

As importações aumentaram em 25,2% entre 1985 e 1990, e as exportações aumentaram apenas 1,8%; as reservas internacionais haviam se reduzido a níveis baixíssimos e a dívida externa bruta do país atingiu a casa dos 115 bilhões de dólares. No final da década, o PIB cresceu 3,2%, após três anos de queda, porém a inflação atingira 53,55% no final de 1989 (FURTADO, 1998, p. 223).

FURTADO (1998, p.223) conclui:

O desemprego apresentou altos índices na primeira metade da década (7,2% em 1984) mas foi inferior na segunda metade, quando atingiu 3,4% em 1989.

O PIB brasileiro depois de manter uma taxa média anual de crescimento de 8,7% na década de setenta, teve uma média menor (1,7%) nos anos oitenta, enquanto a população aumentou à taxa média anual de 1,93%, o que revela seu empobrecimento no período. Os anos oitenta são referidos como 'a década perdida'.

Conforme BRESSER-PEREIRA (2002), na década de 80, caracterizada por altíssimas taxas de inflação e de juros, crise da dívida externa e fiscal, insolvência externa, estagnação e salários corroídos pela inflação, o percentual de pobres ultrapassou a barreira dos 50% entre os anos de 1983 e 1984.

Com a implantação do plano de estabilização econômica (Plano Real) em 1994, ocorreram mudanças favoráveis nos níveis de atividade econômica e de renda no Brasil, afetando de forma positiva e mais acentuada os rendimentos menores e houve

certo declínio da pobreza, resultado de uma combinação favorável de fatores (abertura da economia, boa safra agrícola, etc.) até 1995. A partir de 1997 a diminuição dos postos de trabalho e de rendimentos recaiu sobre os indivíduos com menor escolaridade, sendo a causa provável do aumento da pobreza absoluta e da desigualdade (BRESSER-PEREIRA, 2002).

Em resumo, a má distribuição da renda tem-se mantido estável ou apresentado discretas variações positivas (indicando diminuição das desigualdades sociais, como aconteceu nos primeiros no Plano Real até 1995), independente da trajetória percorrida pela economia brasileira nas últimas décadas. Tivemos ciclos de crescimento, estagnação, crise, estabilidade, altas e baixas taxas inflação, no entanto a distribuição da renda permaneceu desigual (QUADROS & ANTUNES, 2001).

2.2 A ECONOMIA BRASILEIRA: PERÍODO 1990-2002

A economia brasileira passou por importantes modificações ao longo da década de 90. BAUMANN (2001, p.149) chamou esse período de 'a década das reformas', "devido ao significativo número de mudanças registradas em vários aspectos da política econômica e administrativa do país"¹.

No início dos anos 90, as mudanças no cenário internacional, como a intensificação dos fluxos de capitais e as transformações tecnológicas, aliadas a um ambiente macroeconômico instável tornaram essas reformas essenciais para o Brasil participar do novo contexto mundial. Diversas foram as tentativas mal-sucedidas de combate à inflação, e a promulgação de uma nova Constituição em 1988 agregou problemas sociais e fiscais à economia brasileira (BAUMANN, 2001, p.150).

Foram conduzidas reformas influenciadas por um conjunto de idéias conhecidas como Consenso de Washington, que compreendem ajuste fiscal, reorientação dos gastos públicos, reforma fiscal, adoção de um regime cambial

¹ Do original em espanhol: "debido al significativo número de cambios registrados em varios aspectos de la política económica y administrativa del país".

competitivo, desregulação, abertura da economia, privatizações, garantia de direitos de propriedade, etc. Tudo isso visando a garantia de preservação do livre-comércio e homogeneizar os preços praticados no mercado (BAUMANN, 2001, p.151).

As principais mudanças foram a abertura da economia ao fluxo de comércio e capitais internacionais, queda na taxa de inflação e redução da presença do Estado na economia. “Essas mudanças estruturais resultaram em efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia, afetando, significativamente o mercado de trabalho” (NERI, CAMARGO e REIS, 2000, p.1).

Para SILBER (2003, p.1), “houve uma transição do modelo fechado dos últimos 40 anos, para um regime mais aberto do ponto de vista comercial, financeiro e de investimento direto”. Conforme o mesmo autor ainda, “foram reduzidas as barreiras às importações” [e eliminadas barreiras tarifárias e não-tarifárias], “o mercado financeiro foi desregulamentado e foram eliminadas restrições institucionais a uma maior participação do capital estrangeiro em investimentos dos setores de infraestrutura”. O objetivo de tais mudanças era promover uma maior integração do nosso sistema produtivo à economia mundial, pois acreditava-se que a abertura comercial seria capaz de promover uma modernização no parque produtivo e gerar mais e melhores postos de trabalho. Houve um aumento da participação das transações com o resto do mundo no PIB nacional, com saldo negativo para o país, tendo aumentado seu grau de vulnerabilidade externa diante da exposição do parque produtivo nacional à competição internacional.

RAMOS & BRITTO (2004, p.1) afirmam que “no âmbito doméstico, as principais alterações começaram já no início da década, com a implementação do processo de abertura da economia, o que ensejou práticas de enxugamento da estrutura produtiva, mormente na indústria de transformação, com vistas a tornar os produtos brasileiros mais competitivos.”

Através do ingresso de recursos estrangeiros no país seria possível promover a internacionalização do nosso parque produtivo bem como a desejada inserção do

Brasil no mercado internacional, ocasionando a diminuição da desigualdade social. No entanto, esses investimentos se concentraram em sua maioria na especulação, devido às altas taxas de juros praticadas na época, no processo de privatização e compra de empresas privadas nacionais. Essa abertura da economia brasileira transformou-a numa economia deficitária em transações com o exterior após a implantação do Plano Real, pois no período anterior o Brasil era o terceiro maior gerador de excedentes comerciais do mundo (POCHMANN, 2001, p. 39 e 43).

A redução nas tarifas alfandegárias favoreceu o aumento da oferta de produtos importados, e como não houve contrapartida na expansão dos produtos destinados à exportação, nossa Balança Comercial passou a acumular déficits a partir de 1995. Dessa forma, deixou-se de implantar políticas de estímulo às exportações e de incorporação de novas tecnologias, causando diminuição da exportação de manufaturados e aumento da exportação de produtos primários com baixo valor agregado (Ibid, 2001, p.44 e 46).

Com a implantação de um novo modelo de desenvolvimento econômico na década de 90 voltado à integração da economia brasileira à economia mundial, fez-se necessária uma revisão do papel do Estado no país. Além da realização das reformas administrativa, tributária e previdenciária, a busca da competitividade exigiu de alguns segmentos do setor público, reformulações, privatizações, concessões, terceirizações e até mesmo o desaparecimento de alguns (POCHMANN, 2001, p.23).

A justificativa para essa revisão da funcionalidade estatal estava baseada no pensamento neoliberal de que a intervenção estatal era um obstáculo à inovação da tecnologia, à alocação ótima dos recursos da economia e da redução do déficit fiscal. Houve uma transferência de ativos públicos para o setor privado, e este deveria ser o principal motor do dinamismo da economia. Ao Estado caberia exercer um papel regulador, dando ênfase à existência de mercados competitivos mais eficientes (Ibid, p.23).

Assim, o processo de privatização de empresas de infra-estrutura e indústrias se tornou também uma das peças centrais da política econômica. Entre 1990 e 1994, a

privatização realizada concentrou-se no setor produtivo estatal, basicamente na indústria de transformação (petroquímica, siderurgia, mineração e fertilizantes).

A partir de 1995 a privatização voltou-se para os serviços públicos, como telecomunicações, energia, transportes, bancos, entre outros (POCHMANN, 2001, p.29). Portanto, a privatização tornou-se necessária para diminuir o endividamento público causado por juros altos e para garantir a estabilidade econômica, a entrada de receitas públicas adicionais. Ainda sobre privatizações, acrescenta-se:

(...) grandes privatizações ocorridas entre 1997 e 1998 atraíram vastos fluxos de investimento externo direto para o Brasil, o que ajudou a financiar o elevado déficit em conta corrente do país. Em uma perspectiva de longo prazo, no entanto, a mudança mais significativa trazida pela privatização aponta para a gestão das antigas estatais. Nas mãos de empresas privadas, elas passaram a se pautar pelas necessidades do consumidor, atualizaram seu parque tecnológico e se equiparam com sistemas de informática e melhor gerenciamento de recursos humanos, empregando uma força de trabalho menor porém mais motivada (PINHEIRO, et ali, 2001, p.12).

Outra idéia originada pelo pensamento neoliberal dominante na época era a de que “o surgimento de uma ‘nova economia’ levaria à modernização tecnológica nacional, capaz de garantir ampla geração de empregos novos e de alta qualidade” (POCHMANN, 2001, p. 51). O conceito de “nova economia” está associado a um novo ciclo de acumulação de capital, fundamentado na expansão das atividades econômicas no último quarto do século XX através das indústrias de comunicações e tecnologia da informação, com o uso da *internet* e do comércio eletrônico, principalmente no Estados Unidos. As bases para a expansão dessa nova economia seriam a ocupação de uma nova fronteira tecnológica, associada aos riscos e à obtenção de lucros excepcionais (Ibid, p. 51 e 61).

São quatro os subsetores da “nova economia”: indústrias de *hardware*, isto é, fabricantes de computadores; indústrias de comunicação e equipamentos; serviços de informática (*software*) e serviços de comunicação. Esses quatro ramos da nova economia representam o setor ITIC (Indústria e Serviço de Tecnologia de Informação e de Comunicação) (POCHMANN, 2001, p. 68).

No Brasil é estimado que o setor ITIC representava no final da década de 80

o equivalente a 2,7% do PIB, e dez anos mais tarde esse percentual caiu para 2.1% do PIB. Impactos no volume de emprego assalariado são naturalmente admitidos devido a essa queda de participação no PIB. Portanto, a “nova economia” sofreu um enxugamento nesse período e ao mesmo tempo foi responsável por transformações significativas na composição da ocupação. Enquanto o segmento das indústrias de informática e comunicações reduziu sua participação na ocupação, o segmento ligado aos serviços teve uma expansão (Ibid, p. 68).

Particularmente no segmento industrial do setor chamado ITIC, houve redução da produção de equipamentos e as indústrias passaram a se dedicar à simples montagem de componentes adquiridos no exterior. Como essa indústria de “maquiagem” responsável pela montagem de manufaturados gera baixo valor agregado, criou-se uma dependência crescente de produtos importados, e sem o compromisso com as exportações, tem-se um dos responsáveis pelo déficit na balança comercial (POCHMANN, 2001, p.70 e 71).

POCHMANN (2001, p.71) sintetiza:

(...) o segmento industrial associado à nova economia (ITIC) transformou-se numa das principais fontes de desestabilização da balança comercial brasileira nos anos 1990, em face da dependência tecnológica crescente (déficit agregado do setor industrial subiu de menos 300 milhões de dólares em 1989 para 5 bilhões de dólares em 1999). Ao mesmo tempo, o país perdeu participação relativa nas exportações mundiais do setor industrial identificado com a ‘nova economia’, pois representava 0,8% em 1989 e, em 1999, significou 0,5%.

Ainda sob a justificativa de que as reformas introduzidas na década de 90 tinham por objetivo inserir a economia brasileira no contexto mundial, a estabilidade econômica se fazia necessária, pois as empresas estrangeiras precisavam avaliar o desempenho econômico de suas aquisições no Brasil. Então, SOUZA & TRICHES apud POCHMANN (2001, p. 43) argumenta:

Assim, o país que convivia com alta inflação por quase quinze anos adotou um programa de estabilização ancorado na moeda norte-americana, permitindo que o mercado interno internacionalizasse seus custos e preços a partir de 1994. Ao mesmo tempo, o combate à inflação foi acompanhado da maior abertura comercial e financeira, diante das altas taxas de juros e câmbio valorizado.

Num primeiro momento, a estabilização de preços gerou um “efeito riqueza” para os agentes econômicos, e o cenário macroeconômico mais estável favoreceu a implantação das reformas, inspirou confiança aos investidores, eliminou os ganhos obtidos por bancos e governos provenientes da alta inflação, tendo conseqüências importantes para as políticas monetária e fiscal e para a reformulação do setor financeiro no país (BAUMANN, 2001, p.154).

RAMOS & BRITTO (2004, p.1) acrescentam ainda:

O Plano Real teve como uma de suas linhas mestras a chamada ‘âncora cambial’, que acabou gerando uma supervalorização da moeda, o que implicou ajustes ainda mais profundos em termos de aumento de produtividade e, por conseguinte, afetou intensamente o desempenho do mercado de trabalho. A outra alteração importante na política econômica foi justamente a mudança do regime cambial, que, no início de 1999, passou a ser flutuante.

Em seguida, conforme PINHEIRO, GIAMBIAGI e MOREIRA (2001, p.29),

Adotou-se um novo conjunto de políticas macroeconômicas, baseado em contenção fiscal, metas de inflação e flutuação de taxas de câmbio. Pela primeira vez desde o início das reformas, o Brasil conseguiu aliar as reformas estruturais profundas a uma política macroeconômica. Essa combinação, que há tanto tempo se fazia necessária, animou as esperanças de que o crescimento sustentável era um objetivo ao alcance do país. Essas expectativas foram confirmadas inicialmente por uma taxa de crescimento de mais de 4% do PIB em 2000. Contudo, após uma série de choques externos e internos, a recuperação foi interrompida em 2001 e muitos passaram a questionar a capacidade de o novo regime de políticas cumprir a promessa de crescimento.

Paralelamente a essas mudanças significativas na política econômica, houve uma série de crises financeiras em diferentes países em desenvolvimento que afetaram o fluxo de capitais, e conseqüentemente o nível de atividade econômica dos mesmos (PINHEIRO, GIAMBIAGI e MOREIRA, 2001).

A destituição de certos papéis do Estado desobrigou-o de promover a diminuição das desigualdades regionais, pois acreditava-se na existência de um ajustamento no qual as regiões mais pobres se expandiriam acima das mais ricas, tendendo à desconcentração da riqueza, da produção e do emprego. No entanto, o abandono de políticas de desenvolvimento regional e as baixas taxas de crescimento apresentadas no período evidenciam a existência de certa competição entre os Estados.

prejudicando a unidade nacional e aprofundando as desigualdades regionais (POCHMANN, 2001, p.79 e 80).

Assim, as atividades intensivas em mão-de-obra (indústria têxtil, alimentícia e de calçados) apresentaram desconcentração em relação aos grandes centros desenvolvidos do país, objetivando ganho de competitividade via redução de custos. Já os setores intensivos em capital (telecomunicações, informática, automobilístico e financeiro) tornaram a se concentrar nas regiões mais desenvolvidas do país, buscando proximidade com os mercados consumidores e também competitividade (Ibid, p.80).

POCHMANN (2001, p.85) sintetiza:

Nos anos 1990, o predomínio de um quadro institucional de crescente esvaziamento de políticas públicas de desenvolvimento regional por parte do governo federal colocou aos governos locais o uso de artifícios como a redução competitiva de tributos, com o intuito de atrair empresas. Por conta disso, a antiga sinergia existente entre os estados perdeu importância, com a ampliação das desigualdades regionais, num quadro de relativa estagnação da *renda per capita*.

A consequência do abandono das políticas promotoras do desenvolvimento regional foi certa desarticulação da estrutura produtiva do país, de maneira que os pólos industriais (municípios com mais de 15.000 empregados assalariados) de desenvolvimento regional foram os maiores prejudicados durante a década. De 1989 a 1998, o número de pólos reduziu de 69 para 48, dos quais as regiões Sul e Sudeste concentravam 82,6% do total e passaram a ter a participação relativa ampliada para 83,3%. A maior parcela da massa de rendimentos também estava concentrada nessas regiões, tendo se ampliado de 81,4% em 1989 para 85,9% nove anos mais tarde (POCHMANN, 2001, p.88).

Enfim, a combinação dessas diferentes realidades econômicas repercutiu sobre o funcionamento do mercado de trabalho tendo apresentado comportamentos bastante distintos com relação a seus grandes agregados ao longo dos últimos anos e também sob a distribuição de renda do país.

2.3 AS CONSEQUÊNCIAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

NERI, CAMARGO e REIS (2000, p.1) justificam: “Como não poderia deixar de acontecer, esses desenvolvimentos, em nível macroeconômico, tiveram fortes reflexos sobre o desempenho do mercado de trabalho, que continuam a se propagar no final dos anos 90.”

2.3.1 Mudanças no Papel do Estado e no Emprego

No que se refere ao emprego estatal, as privatizações do período 1990-1994 (aquela concentrada na indústria de transformação petroquímica, siderúrgica, de mineração e de fertilizantes), causaram a perda líquida de 246.000 postos de trabalho. A privatização dos serviços públicos (telecomunicações, transporte, energia, bancos, etc.) ocorrida a partir de 1995 ocasionou a perda de mais 300.000 empregos.

Segundo POCHMANN (2001, p.29),

(...) os últimos dez anos voltados para a adoção de programas de reformulação do papel do Estado no Brasil repercutiram negativamente no volume de emprego referente ao conjunto das atividades sob intervenção do setor público estatal, uma vez que houve a diminuição de 546 mil postos diretos de trabalho. Como se pode observar, o processo de privatização, fechamento, incorporação e ajuste das empresas estatais concentrou-se fortemente sobre o nível de emprego.

O mesmo autor ainda calcula que, de um total de 3,2 milhões de empregos assalariados formais perdidos durante a década, 17,1% era do setor público. Com a implantação do novo modelo econômico, os trabalhadores desse setor formaram a principal variável de ajuste do Estado. Além das demissões, houve uma intensificação do trabalho e dessa forma a terceirização, a subcontratação e a rotatividade passaram a fazer parte do cotidiano do trabalho, além da redução de salários e subordinação de empregados remanescentes. Ainda sobre o trabalho no setor público, os mais atingidos por reduções nos postos de trabalho foram os empregados do sexo masculino, os jovens (redução de 73,4% dos empregados com idade até 25 anos), os de menor grau de instrução (redução do emprego de 72,3% dos empregados com instrução até o

primeiro grau), os empregados com 3 a 10 anos de casa (redução de 66% dos postos de trabalho), os empregados com rendimentos em 3 a 7 salários mínimos (2/3 da ocupação perdida) e os empregados das empresas com mais de 499 empregados, com uma redução de 51% das ocupações (POCHMANN, 2001, p.31 e 32).

2.3.2 Abertura da Economia e Emprego

A abertura da economia brasileira ao capital externo ocasionou certa desestruturação do mercado de trabalho, tendo aumentado o desemprego, o desassalariamento e o surgimento de empregos precários. O desemprego aberto ampliou-se de 1,8 milhões de desempregados existentes em 1989 para 7,6 milhões em 1999, com uma taxa de desemprego aberto saltando de 3% da População Economicamente Ativa para 9,6%. Aproximadamente 3,2 milhões de trabalhadores perderam seus empregos, e destes 2 milhões eram da indústria. O emprego assalariado reduziu de 64% da ocupação em 1989 para 58,7% dez anos depois (Ibid, p. 48).

Na contramão dessa redução do emprego, houve também o surgimento de novos postos de trabalho, mas estes se caracterizaram pela precariedade, já que de cada 5 novas vagas de trabalho geradas, 4 são para trabalhadores autônomos, sem remuneração e assalariados sem registro formal (Ibid, p. 48).

No setor industrial 1,2 milhão de empregos perdidos remontam diretamente à abertura da economia e à exposição externa do parque produtivo nacional. Quando o país passou de uma posição superavitária para deficitária nas transações com o exterior e com a dependência crescente das empresas de produtos importados, nasceu uma barreira impedindo a criação de novos empregos (Ibid, p. 49).

Segundo POCHMANN (2001, p. 49) “a ampliação de produtos importados, sem grande elevação da produção doméstica, indicou não apenas o efeito decorrente da substituição de produtos nacionais por importados, como, por consequência, a exportação de empregos de brasileiros para o exterior.”

Aliado a isso, programas de redução de mão-de-obra adotados pelas

empresas estrangeiras como subcontratação e terceirização se mostraram contrários à geração de empregos (POCHMANN, 2001, p. 50).

2.3.3 A “Nova Economia” e o Emprego

Como citado anteriormente, as indústrias do setor ITIC reduziram sensivelmente o emprego formal, enquanto os serviços de comunicação e informática tiveram relativo aumento, mudando, portanto a composição da ocupação desse setor. Em 1989, a indústria do setor ITIC empregava 56% do total de empregos da “nova economia”, e em 1999 empregava menos de 34%. Já os serviços, tiveram sua participação elevada de menos de 44% no final dos anos 80 para 66% em 1999. No segmento industrial do setor ITIC houve perda de 239.000 postos de trabalho (85% nas indústrias de comunicação e equipamentos e os 15% restantes nas de informática). ao passo que no setor de serviços, houve a geração de 65.000 vagas (53% serviços de comunicação e 47% de informática), e o resultado final foi uma perda líquida de 174.000 postos de trabalho na “nova economia” (Ibid, p. 68-70).

A passagem das indústrias das atividades de complexa produção para montagem fez os segmentos de administração e produção perderem empregos, dando lugar a empregos ligados à montagem (Ibid, p.70).

2.3.4 Desenvolvimento Regional e Emprego

Apesar da ausência de políticas corretivas das desigualdades regionais, houve uma discreta desconcentração do emprego formal para as regiões mais desenvolvidas, e as regiões menos desenvolvidas aumentaram a participação no emprego assalariado. O desemprego aberto apresentou o mesmo movimento de desconcentração em torno das regiões mais desenvolvidas do país, tendo diminuído sua participação relativa nessas regiões e aumentado nas regiões menos desenvolvidas (POCHMANN, 2001, p.84).

Em geral, POCHMANN (2001, p.86) percebeu a existência de certas divergências entre a evolução da renda *per capita* e a do emprego formal, e de forma mais evidente nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do país. Essas divergências apontam para uma evolução no PIB *per capita* e redução do emprego, e é menos perceptível na região Centro-Oeste do Brasil.

Como já citado, as atividades intensivas em mão-de-obra apresentaram desconcentração da produção e conseqüentemente do emprego também; tem-se como exemplo a elevação da participação relativa das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no emprego total nos setores de calçados (de 3,2% em 1989 para 9,4% em 1998) e têxtil (de 16,2% em 1989 para 17,5% em 1998) (Ibid, p.87).

A concentração das empresas intensivas em capital, tecnologicamente mais avançadas e com maior capacidade de geração de valor agregado, a proximidade dos centros consumidores, a infra-estrutura disponível e a necessidade de mão-de-obra qualificada ao redor dos grandes centros econômicos do país, elevou a participação relativa das regiões Sudeste e Sul no emprego assalariado total em indústrias como as de material elétrico e comunicação (que era de 74,8% em 1989 e subiu para 76,3% em 1998), transportes (97,5% do emprego formal em 1989 e passou para 97,9% em 1998), mecânica, materiais não-metálicos, metalúrgicas, químicas e papeleiras (Ibid, p.88).

POCHMANN (2001, p.88) sintetiza:

(...) as regiões menos desenvolvidas, movidas pela guerra fiscal, atraíram produção e emprego pertencentes, em geral, a setores de atividade econômica mais intensivos em mão-de-obra, enquanto as regiões mais desenvolvidas ampliaram a participação relativa nos setores mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados. Por conta disso, o novo modelo econômico desfaz a possibilidade de construir um país menos heterogêneo do ponto de vista da espacialização da produção e do emprego.

A redução do número de pólos industriais e de sua importância relativa causou redução no total do emprego formal e a elevação do número de empregos em municípios menores devido ao surgimento de pequenas indústrias, como as de reparação de veículos e eletroeletrônicas entre outras, movidas pela urbanização. A partir daí, ocorreu um fato interessante: apesar do aumento da participação relativa dos

pequenos e médios municípios no total de empregos industriais, houve uma redução de 350.000 postos de trabalho na indústria. E nos pólos industriais, a perda foi de 1,7 milhão de empregos entre os anos de 1989 e 1998. Porém, a renda proveniente do trabalho apresentou certa estabilidade na repartição regional, e daí conclui-se que os empregos gerados nas regiões menos desenvolvidas são precários, pois a renda proveniente destes não cresceu (POCHMANN, 2001, p.92).

“Dessa forma, a década de 1990, implicou, na maior parte das vezes, destruição de empregos de maior qualidade nas regiões mais desenvolvidas e criação de ocupações de menor rendimento nas regiões menos desenvolvidas” (Ibid, p.92), como mais uma consequência do modelo neoliberal implantado.

2.3.5 O Desempenho do Mercado de Trabalho

A seguir serão apresentadas três análises sobre o desempenho do mercado de trabalho decorrente das transformações econômicas ocorridas nos anos 90.

2.3.5.1 Mareio Pochmann

Para este autor, “a ocupação no Brasil terminou sofrendo fortemente as repercussões negativas que decorrem do comportamento geral da economia nos anos 1990, que registrou uma taxa média anual de expansão do produto de apenas 1,9% - a mais baixa de todo o século XX” (POCHMANN, 2001, p.72).

As principais consequências do desempenho da economia durante a década e também da mudança de modelo de desenvolvimento econômico foram o crescimento demasiado do desemprego, a geração de postos de trabalho precários e salários mais baixos em relação aos da década anterior (POCHMANN, 2001, p.72).

Foram geradas cerca de 10 milhões de novas ocupações, porém quase 16 milhões de pessoas entraram no mercado de trabalho. As principais ocupações geradas foram as de emprego doméstico, vendedor, construção civil e serviços de

asseio/conservação e de segurança, todos caracterizados por baixos salários e muitas vezes sem contrato formal de trabalho (POCHMANN, 2001, p.72).

Tais empregos não requerem alto grau de qualificação, e embora seja importante para o trabalho, a educação por si só é impotente para corrigir as imperfeições do mercado de trabalho, estando, portanto a resolução ligada ao comportamento geral da economia (Ibid, p. 73).

Assim, não é surpreendente o fato dos trabalhadores com maior escolaridade serem os mais atingidos pelo desemprego, tendo aumentado em 620% para pessoas com mais de 8 anos de instrução (Ibid, p.73).

POCHMANN (2001, p.75) conclui:

(...) não parece haver comprovação empírica suficiente para fazer crer que a elevação educacional coincida necessariamente com a redução das desigualdades de rendimentos. Pelo contrário, observa-se que diante da piora no funcionamento do mercado de trabalho nos anos 1990, proporcionado tanto pela ausência de crescimento econômico sustentado quanto pelas reformas neoliberais, a elevação do nível educacional vem ocorrendo com a manutenção ou até ampliação das diferenças de rendimentos.

Devido a uma oferta de mão-de-obra maior que a abertura de postos de trabalho, é possível para as empresas aumentarem as exigências e substituírem os trabalhadores com níveis mais baixos de instrução por outros com maior escolaridade (Ibid, p.74).

Educação e nível de rendimento se relacionam no Brasil de três maneiras básicas: o nível de rendimento tende a ser superior ao de escolaridade em ocupações de direção nas empresas, se equaliza em atividades ligadas à administração e é inferior ao nível de escolaridade em atividades ligadas à produção no qual a determinação da educação é bem restrita. Portanto, a educação e o rendimento se relacionam mais com os cargos de maior qualidade no conteúdo do trabalho, como direção e administração do que com atividades de produção (POCHMANN, 2001, p.74).

Diante disso, acreditava-se que o conjunto de reformas realizadas ao longo dos anos 90 favoreceria a desconcentração da renda, porém o Brasil continuou sendo campeão em concentração da renda, pois a renda do trabalho ficou menor em relação

aos lucros auferidos pelos capitalistas. Devido ao sucesso inicial do plano de estabilização econômica, houve uma aparente melhora do bem-estar da população: o custo de vida para as camadas mais baixas da população era estável e acreditava-se estar havendo uma redução do grau de dispersão dos rendimentos da População Economicamente Ativa ocupada, dando sinais de melhora no perfil distributivo. “Mas isso, todavia não se sustentou ao longo dos anos 1990” (POCHMANN, 2001, p.93), pois não houve melhoria significativa na distribuição pessoal nem funcional da renda (Ibid, p.94).

As reformas ocorridas na década de 90 tinham a reversão do quadro de concentração de renda existente como uma das principais justificativas para sua implantação. Entre 1980 e 1999, o Brasil cresceu em média 2,1%, o rendimento médio dos 40% mais pobres da população cresceu 0,6% ao ano e dos 10% mais ricos cresceu em média 0,3% ao ano. Além do fraco desempenho da expansão do produto, esse período compreendeu um dos mais longos períodos de hiperinflação e desigualdades na distribuição dos rendimentos dos brasileiros (Ibid, p.97-98).

2.3.5.2 Neri, Camargo & Reis e Ramos & Britto

Os três primeiros autores analisaram o desempenho do mercado de trabalho até 1998, e para tanto a dividiram em dois subperíodos: 1990-1994 e 1995-1998. O período seguinte, 1999-2002, foi analisado por RAMOS & BRITTO (2004).

O primeiro subperíodo se caracteriza principalmente por “uma queda do emprego industrial e aumento nos setores de comércio e serviços, que acompanhou a evolução do nível de atividade na economia”. Devido às mudanças estruturais promovidas no início do período, principalmente a abertura comercial, houve um aumento da taxa de desemprego aberto em consequência de um ajustamento do mercado de trabalho ao novo contexto econômico brasileiro. A partir de 1992, a retomada do crescimento favoreceu uma pequena redução do desemprego. Com relação aos rendimentos reais dos trabalhadores nos setores de comércio e serviços

houve redução num primeiro momento, e depois teve um pequeno aumento. Para os trabalhadores da indústria não houve queda nos rendimentos reais; o que diminuiu foi o nível de emprego neste setor. No segundo subperíodo, iniciado com a implantação do Plano Real, houve um aumento do nível de empregos devido ao “aumento da demanda gerado pela própria estabilização dos preços” (NERI, CAMARGO e REIS, 2000, p.13), à mudança no comportamento dos preços relativos da economia (crescimento mais rápido dos preços dos bens não-comercializáveis do que dos comerciáveis) e conseqüente trajetória de crescimento econômico até o início de 1995. Em seguida houve uma crise no México cujos efeitos favoreceram o crescimento da taxa de desemprego aberto, e se acentuou a partir de 1997 devido à estagnação do emprego agregado.

Portanto, esse subperíodo (...) foi caracterizado por um aumento dos rendimentos reais dos trabalhadores em todos os setores de atividade econômica, aumento do emprego nos setores comércio e serviços e queda do emprego no setor industrial. A taxa de desemprego caiu logo no início do processo de estabilização, devido ao aumento de demanda gerado pela drástica redução da taxa de crescimento dos preços, passando a aumentar a partir dos efeitos da crise do México (NERI, CAMARGO e REIS, 2000, p. 16).

Segundo RAMOS & BRITTO (2004, p.5), nesses anos a ocupação parecia “estar amarrada a uma âncora que a impedia de crescer”.

De acordo com RAMOS & BRITTO (2004, p.5) “só com a adoção do câmbio flutuante, em 1999, passou a haver um efetivo crescimento da ocupação”. O crescimento da taxa de desemprego se estendeu ainda até meados desse ano “porque o abandono de um regime cambial em direção a outro implica incertezas significativas, principalmente em relação ao que ocorreria com as taxas de inflação, inibindo o crescimento e o emprego”. Ao final de 1999 “teve início um novo período de grande geração líquida de postos de trabalho, que perdurou por um ano: entre novembro de 1999 e outubro de 2000 o nível de emprego cresceu quase 1 milhão”. A deterioração do cenário internacional, reforçada pela adoção do racionamento de energia elétrica, pôs fim ao processo de expansão da demanda.

RAMOS & BRITTO (2004, p.18) acrescentam também que “a taxa de

desemprego em 2002 mostrou uma tendência perigosa, de volta aos padrões do período 1998-1999. Em relação à primeira ela justificaria uma taxa de desemprego menor, mesmo porque a taxa de participação em 2002 apresentou os valores mais baixos da década — só sendo superior à média de 2001”.

Outro aspecto importante observado com relação ao mercado de trabalho nesse período foi o crescimento da informalidade, correspondente ao trabalho assalariado sem carteira assinada e por conta própria. Segundo RAMOS & BRITTO (2004, p. 7):

(...) nos seis primeiros anos o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para 47%. De meados de 1996 até o final de 1997, o grau de informalidade se estabilizou em torno de 48%. As agruras por que passou a economia brasileira em 1998 e 1999 fizeram, contudo, com que o processo de informalização retomasse fôlego, de tal forma que nos últimos meses de 1999 foi rompida a marca de 50%, chegando a 51% em meados de 2000. De forma até certo ponto surpreendente a partir de então houve uma ligeira queda, seguida de estabilização em torno de 50%, apresentando um valor de 50,04% ao término de 2002.

2.3.5.3 Renato Baumann

Este autor também constata um crescimento do número de trabalhadores nos setores de comércio e serviços, além do aumento da informalidade, como forma de compensar a redução do nível de emprego na indústria e na agricultura. O emprego industrial reduziu de 25% do total para 16% entre 1990 e 1997. Essa mão-de-obra foi absorvida pelos setores de comércio e serviços. Após 1997, tal fato não teve continuidade, e o desemprego aberto aumentou e continuou crescente (salto de 4,3% em 1990 para 7,6% em 1998) (BAUMANN, 2001, p.162).

Houve um aumento de produtividade nos setores industrial e de serviços, porém muito mais intenso na indústria. Eram necessários muito menos empregados para fabricar quantidades muito maiores de produtos (BAUMANN, 2001, p.163).

Os trabalhadores continuavam a ingressar no mercado de trabalho, e encontraram emprego no setor de serviços porque a estabilização da economia e a abertura comercial favoreceram relativamente os preços dos bens não-

comercializáveis. Quando esses setores perderam o dinamismo, em meados de 1997, o desemprego aberto aumentou de maneira sistemática. No setor industrial, o ingresso dos trabalhadores até 1998 fez subir o custo real da mão-de-obra nesse setor, pois os salários médios reais aumentaram ao longo da década, em total descompasso com o emprego, que caiu (BAUMANN, 2001, p. 163).

Por fim, ele conclui:

O ajuste do mercado de trabalho a um ambiente econômico aberto ao comércio com preços estáveis envolvia, portanto, o passo entre os trabalhadores do setor de bens comercializáveis com o de não-comercializáveis.

Isso é consistente com as considerações já analisadas, relativas à intensidade crescente do uso de capital no processo produtivo que seguiu a abertura comercial (Ibid, p.163).²

² Do original em espanhol: "El ajuste del mercado laboral a un ambiente económico abierto al comercio con precios estables involucraba, por tanto, el paso de trabajadores del sector de bienes comercializables al de no comercializables.

Esto es consistente con las consideraciones ya analizadas, relativas a la intensidad creciente del uso de capital en el proceso productivo que siguió a la apertura comercial."

3 DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO BRASIL

Este capítulo irá abordar a distribuição de renda do Brasil sob alguns aspectos. Primeiro será apresentado o conceito do índice de GINI como indicador de desigualdades, e depois serão realizadas comparações do índice de GINI do Brasil com outros países do mundo, entre as regiões do país e entre homens e mulheres. Em seguida será abordada a repartição da renda entre os ricos e pobres, depois a distribuição funcional da renda e por fim será mostrada a trajetória da renda do trabalho entre 1992 e 2002.

3.1 O ÍNDICE DE GINI DO BRASIL

Nesta seção será analisado o índice de GINI do Brasil no período 1992-2002, começando com a introdução do conceito do índice de GINI e o significado dos valores por ele assumidos. Em seguida será comparado o valor brasileiro com outros países.

Na seqüência será abordado o índice de GINI dos rendimentos do Brasil, das regiões e dos gêneros.

3.1.1 O Índice de GINI Como Indicador de Desigualdades

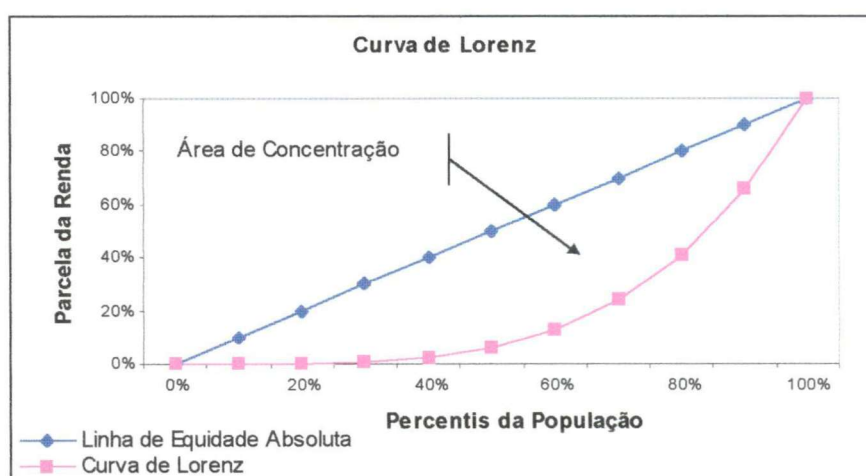
O grau de desigualdade de uma sociedade e sua evolução ao longo do tempo tem sido tema constante de debates no meio acadêmico, entre os formuladores de política econômica do governo e nas instituições internacionais, além de ter despertado o interesse do público em geral. Portanto, faz-se necessária a mensuração dessas desigualdades através de índices ou coeficientes.

Existem algumas medidas de desigualdade criadas com o objetivo de efetuar comparações internacionais e intertemporais para, a partir disso chegar-se a algumas conclusões sobre o nível de distribuição da renda em determinada região ou país.

Tradicionalmente o índice de GINI é o mais utilizado como medida de concentração de renda em trabalhos empíricos e em análises estatísticas da desigualdade, porque ele é de fácil cálculo e interpretação, a partir da Curva de Lorenz (forma gráfica de mostrar a distribuição dos rendimentos).

Coloca-se no eixo das abscissas os percentis da população em ordem crescente de ganhos e no eixo das ordenadas a renda. Uma linha diagonal mostra a equidade absoluta, situação hipotética na qual todos e cada um obteriam a mesma renda. Quando existe concentração de rendimentos, surge uma curva que se afasta dessa linha de equidade, a qual chama-se Curva de Lorenz. Assim, quanto maior essa área, menos eqüitativa será a distribuição da riqueza. O índice de GINI equivale ao dobro da área de concentração e assume valores entre zero e um. Quanto mais esse valor se aproximar de um, maior será a concentração da riqueza, e quanto menor, mais eqüitativa será a distribuição³.

GRÁFICO 1 - CURVA DE LORENZ



FONTE: CEPAL (adaptado).

³ Índice de GINI. A concentração de renda é calculada através do índice (ou coeficiente) de GINI, uma das medidas mais utilizadas para a mensuração do grau de concentração de uma determinada distribuição. Para a construção do indicador, utilizam-se as informações relativas à população ocupada de 10 anos e mais de idade e seus rendimentos mensais. O índice de GINI é expresso através de um valor que varia de zero (perfeita igualdade) a um (desigualdade máxima). As informações são fornecidas pelo IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios . PNAD.

3.1.2 Comparação do Índice de GINI Brasileiro com Outros Países

Partindo do exposto na seção anterior e analisando comparativamente o índice de GINI do Brasil, verifica-se que o valor de 0,607 foi um dos maiores do mundo em 2002, indicando alta concentração da renda. Tal situação é paradoxal, pois o produto nacional brasileiro é suficientemente elevado para proporcionar condições mínimas de vida à população, porém a renda é altamente concentrada e existe uma parcela expressiva de pessoas vivendo em estado de pobreza absoluta, semelhante ao encontrado em países africanos extremamente pobres e com relativo atraso econômico e tecnológico tais como Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia. Não é necessário ir muito longe para constatar-se as grandes disparidades existentes no Brasil em relação a outras nações. O Paraguai por exemplo tem sérios problemas sociais (explosão demográfica, serviços de saúde, educação e saneamento básico deficientes, ausência de distribuição equitativa de terras, corrupção galopante e desenfreada, ausência de postos de trabalho, delinquência incontrolável, além do narcotráfico entre outros) e no entanto apresentou um índice de GINI inferior ao brasileiro, assim como a Bolívia e o Peru têm problemas semelhantes e seus índices de GINI também são inferiores ao do Brasil, líder do *ranking* da desigualdade na América do Sul. A comparação com nações mais ricas e desenvolvidas, caracterizadas por economias mais sólidas tanto da América do Norte, como Estados Unidos e Canadá quanto da Europa Ocidental como Reino Unido, França e Espanha, coloca o Brasil numa situação desconfortável diante da diferença da distribuição da renda brasileira em relação às mesmas. Independente do grau de desenvolvimento econômico dos países ao redor do mundo, muitos apresentaram índices de concentração da riqueza inferiores ao do Brasil, com exceção de alguns países da África, onde encontram-se os campeões mundiais da desigualdade segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2002. Alguns países possuem coeficiente de GINI equivalente a menos da metade do índice brasileiro, indicando graus de desigualdade baixíssimos, tais como Dinamarca, Japão, Suécia, Noruega e Itália, podendo ser observado na Tabela 1.

TABELA 1 – ÍNDICE DE GINI DE ALGUNS PAÍSES

PAÍS	ÍNDICE DE GINI*	ANO DO INQUÉRITO
Serra Leoa	0,629	1989
República Centro-Africana	0,613	1993
Suazilândia	0,609	1994
Brasil	0,607	1998
Nicarágua	0,603	1998
África do Sul	0,593	1993-94
Paraguai	0,577	1998
Colômbia	0,571	1996
Chile	0,566	1998
México	0,531	1998
Venezuela	0,495	1998
Rússia	0,487	1998
Peru	0,462	1996
Bolívia	0,447	1999
Uruguai	0,423	1989
Estados Unidos	0,408	1997
China	0,403	1998
Reino Unido	0,368	1995
Portugal	0,356	1994-95
França	0,327	1995
Espanha	0,325	1990
Canadá	0,315	1994
Itália	0,273	1995
Noruega	0,258	1995
Suécia	0,250	1992
Japão	0,248	1993
Dinamarca	0,247	1992

FONTE: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2002.

(*) Medição das distorções existentes na distribuição do rendimento ou consumo entre indivíduos e famílias de uma distribuição perfeitamente igual no país. Tendo em vista que os dados são provenientes de inquéritos realizados em anos diferentes e foram utilizadas metodologias diferentes, as comparações entre países devem ser feitas de maneira cautelosa.

Visando permitir comparações internacionais e intertemporais, os quadros estatísticos do Relatório do Desenvolvimento Humano 2002 são baseados em dados internacionais normalizados, compilados e processados por organizações internacionais que recolhem os dados a partir de fontes nacionais, harmonizam as definições e os métodos de coleta para tornar os seus dados o mais internacionalmente comparáveis possível. Os valores calculados por essas agências podem diferir dos valores produzidos pelas fontes nacionais devido aos ajustamentos para harmonização dos dados (Relatório do Desenvolvimento Humano 2002).

3.1.3 O Índice de GINI dos Rendimentos Brasileiros

Esse quadro de má distribuição da renda está presente na sociedade brasileira há séculos, e no período 1992-2002 não foi diferente. O índice de GINI da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, apresentou discretas variações, inclusive positivas indicando diminuição das desigualdades sociais. Em 1993 a concentração de renda do trabalho apresentou o maior valor do período, correspondente a 0,603. Nos anos seguintes, a concentração foi diminuindo gradativamente, porém tendo em vista que os valores de 2001 e 2002 estavam muito próximos do índice de GINI do ano de 1992, indicando muito mais um retorno ao patamar inicial do que uma melhora no perfil distributivo do país. As mudanças na estrutura econômica nacional não foram favoráveis a reduções profundas das desigualdades sociais, porque priorizaram a inserção da economia no contexto mundial e o alcance da estabilidade econômica. A Tabela 2 exibe as oscilações do coeficiente de GINI da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento ao longo do período 1992-2002.

TABELA 2 – ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO – 1992/2002

ANO	ÍNDICE DE GINI
1992	0,575
1993	0,603
1995	0,592
1996	0,590
1997	0,588
1998	0,584
1999	0,576
2001	0,572
2002	0,573

FONTE: IBGE, PNAD 2002.

3.1.4 Regiões Brasileiras e Índice de GINI

Num país de dimensões continentais como é o Brasil, caracterizado pela heterogeneidade cultural e espacial, no qual cada cidade, estado ou região apresenta peculiaridades e características próprias de relevo, clima, colonização, história e economia, é natural a existência de regiões mais e menos desenvolvidas e, portanto de diferentes índices de GINI dos rendimentos. O ponto comum é que em todas elas a concentração de rendimentos é alta e refletem a desigualdade existente no Brasil.

No *ranking* nacional, o Centro-Oeste foi campeão de desigualdades em todos os anos do período 1992-2002, tendo chegado ao pico de 0,617 no ano de 1993. Em 1995, houve uma queda do índice (de 0,617 em 1993 para 0,592 em 1995), porém a desigualdade aumentou nos dois anos seguintes para 0,599 em 1996 e 0,606 em 1997. A partir de 1998 até 2001 houve redução do índice de GINI, e em 2002 um leve aumento. No final das contas, o período fechou com índice num patamar muito próximo ao valor do início da década (0,594 em 1992 e 0,591 em 2002).

A segunda região com maior concentração de rendimentos é o Nordeste. Em 1992, o índice de GINI apresentou um valor muito próximo do índice nacional (0,576 do Nordeste e 0,575 do Brasil), e no ano seguinte a concentração aumentou em torno de 7,5% , tendo apresentado seu maior e mais valor, correspondente a vergonhosos 0,619. Houve uma queda de 5,6% em 1995 e outro aumento no ano seguinte. A partir de 1997, e até 2001, a concentração de renda caiu, porém voltou a subir em 2002, fechando o período com o mesmo nível de concentração de renda do início do período em questão (isto é, 0,576 em 1992 e em 2002).

Em seguida, tem-se a região Norte Urbana, cuja tendência de aumento da concentração em 1993 em comparação ao ano de 1992 foi a mesma observada em todas as outras regiões. Após isso, houve queda do índice de GINI nos dois anos seguintes, um pequeno aumento em 1997 e sucessivas quedas até 2001. Finalmente, em 2002 o índice de GINI esteve muito próximo do valor de 1992.

O Sudeste, região mais desenvolvida e rica do país teve uma distribuição de

rendimentos melhor que as três anteriores. Em 1993 a concentração dos rendimentos aumentou em relação a 1992, como aconteceu nas outras regiões, porém após isso o índice de GINI caiu sucessivamente até o ano de 1999. Em 2001 houve um leve aumento, e no ano seguinte o índice de GINI praticamente retornou ao valor de 1992.

O Sul teve ao longo dos dez anos estudados a melhor distribuição dos rendimentos do país, e também foi a única região que terminou o período num nível menor de concentração de renda em relação ao início da década de 90. Em 1992, o índice de GINI correspondia ao valor de 0,554, como no Sudeste e no ano seguinte esse valor saltou para 0,577. Entre 1995 e 1997 houve diminuição da concentração, e em seguida houve um ligeiro aumento (1998 e 1999), até que em 2001 o índice de GINI caiu cerca de 2,9% (de 0,559 em 1999 para 0,543 em 2001). Em 2002 verificou-se o menor índice do período, equivalente a 0,536 representando um valor 3,2% inferior ao de 1992, indicando uma pequena melhora no perfil distributivo da região. A Tabela 3 explicita numericamente a análise efetuada.

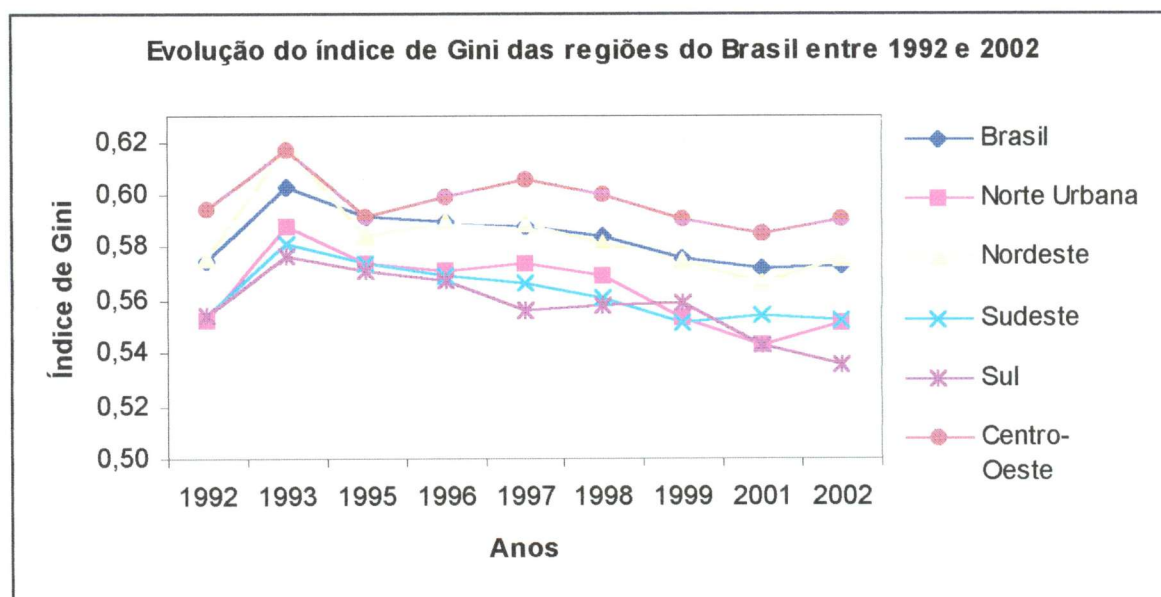
TABELA 3 - ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO, POR GRANDES REGIÕES - 1992/2002

ANO	NORTE URBANA	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1992	0,552	0,576	0,554	0,554	0,594
1993	0,588	0,619	0,581	0,577	0,617
1995	0,574	0,584	0,574	0,571	0,592
1996	0,571	0,590	0,569	0,567	0,599
1997	0,574	0,589	0,566	0,556	0,606
1998	0,569	0,581	0,561	0,558	0,600
1999	0,553	0,575	0,551	0,559	0,591
2001	0,543	0,566	0,554	0,543	0,585
2002	0,551	0,576	0,552	0,536	0,591

FONTE: IBGE, PNAD 2002.

No contexto da implantação do modelo neoliberal de desenvolvimento econômico foram eliminados certos papéis do Estado, entre eles as políticas de desenvolvimento regional, porque acreditava-se na diminuição das desigualdades regionais através de um ajustamento automático no qual as regiões mais pobres se expandiriam acima das mais ricas, promovendo desconcentração da riqueza, sem a necessidade da intervenção do Estado. Porém, essa falta de políticas de desenvolvimento regional e o fraco desempenho da economia, com pequenas taxas de crescimento, causaram uma competição entre os Estados e prejudicaram a unidade do país; no final do período tanto as desigualdades regionais quanto de distribuição de renda permaneceram. O gráfico a seguir mostra as oscilações do índice de GINI das Grandes Regiões e do Brasil ao longo dos anos, indicando um retorno aos valores iniciais de 1992, com exceção apenas do Sul, onde houve uma discreta melhora no respectivo coeficiente.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO, POR GRANDES REGIÕES – 1992/2002



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2002.

3.1.5 Distribuição dos Rendimentos dos Homens e das Mulheres

A comparação entre a distribuição dos rendimentos entre homens e mulheres mostra que o rendimento dos homens está mais concentrado que o das mulheres. No ano de 1993 ocorreu o auge da concentração dos rendimentos dos homens, tendo sido registrado o valor de 0,604. Nos anos seguintes, o índice de GINI dos rendimentos dos homens foi declinando, até que em 2002 retornou ao valor inicial de 1992, correspondente a 0,573. Curiosamente, a repartição da renda entre as mulheres piorou, e teve um desempenho praticamente contrário à tendência nacional. Em 1992, o índice de GINI dos rendimentos das mulheres era de 0,544 e aumentou para 0,567 em 1993. Houve redução para 0,563 em 1995, e aumento no ano seguinte para 0,569. Entre 1997 e 2001 o índice caiu sucessivamente, até aumentar ligeiramente em 2002 para 0,555, fechando o período num nível 2% superior ao valor de 1992, conforme pode ser observado na Tabela 4.

TABELA 4 - ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO, POR SEXO - 1992/2002

ANO	ÍNDICE DE GINI	
	Homens	Mulheres
1992	0,573	0,544
1993	0,604	0,567
1995	0,591	0,563
1996	0,587	0,569
1997	0,587	0,566
1998	0,585	0,556
1999	0,575	0,555
2001	0,574	0,551
2002	0,573	0,555

FONTE: IBGE, PNAD 2002.

3.2 A APROPRIAÇÃO DA RENDA PELOS RICOS E POBRES

Nesta seção será apresentada a desigualdade na distribuição da renda entre as parcelas mais pobres e mais ricas da população. Inicialmente será mostrada a apropriação da renda pelos 10% mais pobres e pelos 10% mais ricos da população do país nas décadas de 70, 80 e 90. Em seguida, serão apresentadas as diferenças entre os rendimentos recebidos entre 1992 e 2002 por esses mesmos 10% mais ricos e mais pobres da população e por fim será apresentada a parcela da renda destinada aos mesmos.

3.2.1 Desigualdades nas Duas Últimas Décadas

A análise da parcela do rendimento total apropriada pelos ricos e pobres do país é outro caminho capaz de evidenciar o histórico de má distribuição da renda. Quando compara-se a parcela da renda total apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 10% mais pobres da população brasileira, verifica-se que em 1970 essa diferença equivalia a 40 vezes, e na década seguinte esse número aumentou para 47. Em 1990, o valor apropriado pelos ricos atingiu o pico de 78 vezes maior que a parcela apropriada pela camada mais pobre da população.

TABELA 5 – RAZÃO ENTRE A PARCELA DA RENDA TOTAL APROPRIADA PELOS 10% MAIS RICOS E PELOS 10% MAIS POBRES DO BRASIL – 1970, 1980, 1990

ANO	+10/-10
1970	40
1980	47
1990	78

FONTE: IBGE, PNAD 2002

A condução da política econômica do país pode ser apontada como responsável por essa aceleração das desigualdades nas três últimas décadas. Em meados dos anos 70 foi adotado um modelo econômico voltado “para fora”, isto é, para as exportações, priorizando o crescimento econômico acelerado e sustentado e

também o controle da inflação. A melhora na distribuição de renda não constituiu um objetivo a ser alcançado, pois o pensamento dominante da época era o de que primeiro seria necessário crescer para depois dividir “o bolo”; ou seja, o aumento da desigualdade foi encarado como um fenômeno temporário e ao mesmo tempo necessário diante da demanda por mão-de-obra e dos desequilíbrios do mercado de trabalho. Os resultados atingidos foram o aumento das exportações, da demanda interna, o crescimento do PIB a taxas superiores a 10% ao ano, a contenção da inflação via controle de câmbio, salários, juros e tarifas, além da concentração de renda devido à perda real dos salários e expansão da acumulação de capitais. Além disso, o país teve também seu endividamento elevado. A consequência do modelo de crescimento econômico adotado nos anos 70, da crise do petróleo em 79 e das instabilidades internacionais geradas se refletiram na década de 80 em forma de altíssimas taxas de inflação, que vieram a reforçar o conflito distributivo. O controle da inflação passou a ser o principal foco do planejamento econômico, sem espaço para preocupação com a redução das desigualdades. Evidentemente, houve uma deterioração dos rendimentos reais dos trabalhadores ocupados, causando elevada concentração da renda, já que os salários não tinham reajustes equiparados aos reajustes descontrolados dos preços.

3.2.2 Desigualdades de Rendimentos Entre 1992 e 2002

No ano de 1992 a desigualdade entre os rendimentos dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres era da ordem das 58 vezes. Em 1993 chegou ao pico de 71 vezes, o maior valor do período e de 1996 até 1999 se manteve praticamente estável, em torno de 40 vezes, porém em 2001 e 2002 a desigualdade aumentou para 47 e 52 vezes, conforme a Tabela 6. É possível observar que em 2002 o nível de concentração de renda foi inferior ao ano de 1992, porém mesmo tendo-se em vista o controle da inflação com a adoção do Plano Real, as desigualdades não foram alteradas de maneira significativa, pois a apropriação reduziu-se em apenas 11,5% nesse período.

TABELA 6 – RAZÃO ENTRE O RENDIMENTO MENSAL DOS 10% MAIS POBRES DE DOS 10% MAIS RICOS DO BRASIL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE – 1992/2002

ANO	+10/-10
1992	58
1993	71
1995	44
1996	40
1997	43
1998	40
1999	39
2001	47
2002	52

FONTE: IBGE, PNAD 2002.

A inflação galopante da década de 80 foi controlada somente após o abandono da idéia de congelamento de preços, com a realização de ajuste fiscal, reforma monetária, mudança de regime cambial e uma série de reformas político-econômicas (privatizações, abertura da economia, redução da intervenção estatal na economia) em meados dos anos 90. Houve uma diminuição na pobreza absoluta como resultado do sucesso do início do Plano Real, porém a desigualdade na apropriação da renda continuou enorme.

Diante de tão vergonhoso quadro de concentração, houve certa preocupação com a melhora desse perfil distributivo na época da implantação das reformas da década de 90, e a desigualdade caiu em proporções consideradas discretas perto do necessário reduzir para o Brasil atingir patamares de distribuição semelhantes aos dos países desenvolvidos.

Apesar das oscilações ocorridas tanto pela apropriação da renda da parcela mais rica da população quanto pela parcela mais pobre da população e no final o hiato existente entre as rendas continuou alto, superior até mesmo aos níveis das décadas de 70 e 80.

3.2.3 Parcelas da Renda Destinadas aos Mais Ricos e aos Mais Pobres da População

A comparação da participação dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos do Brasil na repartição da renda refletem a dimensão das desigualdades de rendimentos auferidos por essas parcelas da população. Entre 1992 e 2002, os 10% mais pobres do Brasil receberam entre 0,7 e 1,2% do rendimento total, e os 10% mais ricos quase a metade de todo o rendimento do país (entre 46,1 e 49,8% do total). No ano de 1993 os 10% mais ricos perderam sua participação na renda em relação a 1992, tendo o valor reduzido de 0,8 para 0,7% do total dos rendimentos. No ano de 1995 houve uma discreta melhora na distribuição da renda, os 10% mais pobres passaram a receber 1,1% do total e no ano seguinte 1,2%. A partir desse ano, a participação nos rendimentos oscilou entre 1,1 e 1,2% ao longo dos anos, até cair para 1,0% em 2001 e fechou o período em 0,9%, significando uma melhora de 0,1% em relação a 1992.

Já os 10% mais ricos tiveram seus rendimentos aumentados em 1993 para 49,8% do total da renda, ou seja, concentraram praticamente a metade dos rendimentos do país. Em seguida a participação caiu sucessivamente até o ano de 2001, porém em 2002 aumentou houve uma melhora, terminando o período num nível 1% mais alto que em 1992.

A idéia de que as reformas ocorridas ao longo dos anos 90 não promoveram uma distribuição mais eqüitativa da renda pode ser reforçada através da observação dos dados da Tabela 7.

TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL

CLASSES DE RENDIMENTO DA POPULAÇÃO	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
10% mais pobres	0,8	0,7	1,1	1,2	1,1	1,2	1,2	1,0	0,9
10% mais ricos	46,1	49,8	48,2	47,9	47,6	47,5	46,8	46,9	47,1

FONTE: IBGE, PNAD 2002.

Essa dimensão de diferenças só pode ser observada em países africanos extremamente pobres, como Serra Leoa e Suazilândia. O assunto disparidades sociais tem preocupado o mundo em geral, a ponto da Organização das Nações Unidas estabelecer em 2000 oito metas a serem atingidas até 2015, e uma delas é o combate à pobreza e à desigualdade.

Em um relatório sobre o desempenho do Brasil rumo ao alcance dessas metas, foi concluído que o país apresentou uma série de melhorias no campo social, porém está longe de atingir um patamar de bem-estar social compatível com seu nível de riqueza e desenvolvimento⁴.

3.3 A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA ENTRE 1992 E 2002

A análise da distribuição funcional da renda também pode levar a algumas conclusões sobre o perfil distributivo. Ao se dividir o PIB gerado ao longo de um ano entre a remuneração dos empregados, do capital e dos autônomos, verifica-se que a parcela destinada aos assalariados a partir de 1995 se deteriorou ao longo dos anos, enquanto os ganhos de capital aumentaram. A remuneração dos assalariados foi superior ao excedente operacional bruto entre os anos de 1992 e 1994, porém em 1995 sofreu reduções em 1995, 1996 e 1997. No ano de 1998 houve uma recuperação discreta da parcela da renda apropriada pelos assalariados, depois se estabilizou em torno de 45,2% do PIB a custo de fatores até o ano de 2000, e nos anos seguintes tornou a cair.

Portanto, ao longo dos dez anos do estudo, a parcela da renda dos assalariados deteriorou-se em torno de 11,9% e dos ganhos de capital aumentou 17,1%. Foi possível perceber que o aumento da participação de um implicou necessariamente na redução da participação do outro no PIB a custo de fatores. Assim, as reformas econômicas estruturais ocorridas no período em questão provocaram uma

⁴ Baseado em: ONU. **Desigualdade marca avanço do Brasil nos Objetivos da ONU**. Disponível em: <www.pnud.org.br> Acesso em 29 out 2004.

deterioração das relações trabalhistas, foram incapazes de promover uma mudança radical na distribuição da renda e tampouco de transformar o Brasil num país mais igualitário. Em média 47,3% do PIB a custo de fatores brasileiro concentrou-se nas mãos dos proprietários do capital entre 1992 e 2002, contra 46,1% nas mãos dos assalariados (Tabela 8). Em termos de população, a classe trabalhadora é muito mais numerosa que as demais, portanto pode-se concluir que a maior parcela da renda está concentrada nas mãos de poucos.

TABELA 8 – REPARTIÇÃO DO PIB A CUSTO DE FATORES 1992-2002

ANOS	REMUNERAÇÕES (*)	RENDIMENTO DOS AUTÔNOMOS	EOB (**)
1992	0,496	0,071	0,433
1993	0,520	0,073	0,407
1994	0,476	0,068	0,456
1995	0,453	0,070	0,477
1996	0,452	0,067	0,481
1997	0,437	0,065	0,498
1998	0,452	0,065	0,483
1999	0,452	0,067	0,481
2000	0,452	0,063	0,485
2001	0,446	0,061	0,494
2002	0,437	0,055	0,507

FONTE: elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

(*) Remunerações = Salários + Contribuições Sociais

(**) EOB = Excedente Operacional Bruto (Ganhos de Capital)

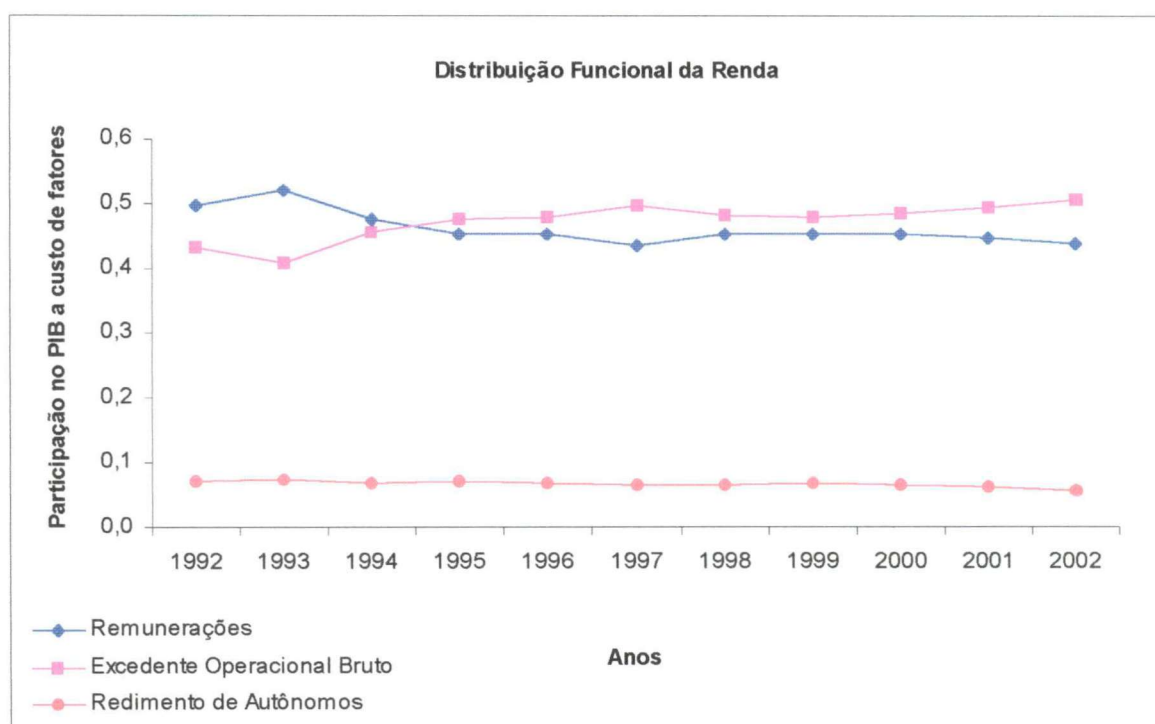
Foi feita uma ponderação dos salários, do excedente operacional bruto e dos rendimentos dos autônomos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) a custo de fatores, correspondente ao PIB subtraído dos impostos indiretos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação.

Os formuladores de políticas públicas ainda não aprenderam a receita ideal para transformar o Brasil num país rico e ao mesmo tempo igualitário, tendo crescido e se desenvolvido em detrimento das desigualdades de rendimentos em todos os aspectos, sempre em favor dos proprietários do capital e prejudicando a grande massa

de trabalhadores assalariados.

Através do Gráfico 3, elaborado com base nos dados obtidos pelo Departamento de Contas Nacionais do IBGE, verifica-se os movimentos da renda assalariada, do capital e dos autônomos ao longo do período 1992-2002.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela 8

Até o ano de 1994, a parcela da renda destinada às remunerações era superior à parcela destinada aos ganhos de capital. Após a implantação do Plano de Estabilização Econômica (Plano Real), o percentual apropriado pelos trabalhadores na forma de salários se tornou inferior ao Excedente Operacional Bruto e desde o ano de 1999 tem apresentado tendência de aumento, reforçando a concentração de renda.

Pode-se dizer que a reforma monetária efetuada em meados dos anos 90 assegurou a estabilidade econômica, tendo resolvido apenas o problema da inflação herdada da década anterior, mas as desigualdades não se reduziram, e favoreceram a apropriação do Produto Interno Bruto a custo de fatores pela classe detentora do capital.

3.4 A TRAJETÓRIA DA RENDA MÉDIA

Nesta seção serão apresentados os rendimentos da população em termos monetários, iniciando pelo desempenho da renda média real mensal das pessoas entre 1992 e 2002, em seguida em cada região do país e pelos homens e mulheres.

3.4.1 Renda Média e Desempenho do Plano Real

Durante o período em questão (1992-2002), foi possível perceber que no Brasil o rendimento médio mensal real das pessoas com 10 ou mais anos de idade aumentou de R\$ 293,00 em 1992 para R\$ 400,00 dez anos mais tarde. A trajetória foi de aumentos sucessivos a partir de 1992, chegando ao pico de R\$ 419,00 em 1998, até que no ano seguinte caiu em torno de 6%. Em 2001 a renda média mensal real se recuperou modestamente, tendo aumentado de R\$ 394,00 para R\$ 400,00 em 2001 e não se alterou em 2002. Apesar dessa queda na renda média mensal real e da discreta recuperação, no final do período seu valor era cerca de 36,5% superior ao de 1992. Tal comportamento pode ser melhor visualizado através da Tabela 9.

TABELA 9 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE – 1992/2002 (EM R\$)

ANO	RENDIMENTO MÉDIO - BRASIL
1992	293
1993	317
1995	414
1996	416
1997	417
1998	419
1999	394
2001	400
2002	400

FONTE: IBGE, PNAD 2002.

A década de 90 foi marcada por grandes transformações político-econômicas no Brasil. As altas taxas da inflação existentes na década anterior ainda persistiam após várias tentativas fracassadas de estabilizar os preços e as mudanças no cenário internacional (inovações tecnológicas e intensificação de fluxos de capitais) exigiram do país a adoção de um novo modelo econômico neoliberal, com uma menor participação do Estado na economia e voltado para a integração ao mercado internacional. Baseado nisso, procedeu-se a abertura da economia ao fluxo de comércio e capital externo, redução da presença do Estado na economia, privatizações e o Plano Real visando estabilizar os preços. Essas transformações na economia brasileira afetaram de maneira direta a renda dos assalariados.

3.4.2 Diferenças Regionais de Rendimentos

Quando estratifica-se o rendimento médio mensal real para o nível das regiões sócio-econômicas do país, verifica-se a existência de grandes diferenças entre a renda média real mensal recebida em cada uma delas.

Em 1992, por exemplo, a renda média mensal real do Nordeste (a região mais pobre do país) correspondia a 44,08% da renda recebida na região Sudeste, correspondente a R\$ 160,00 e R\$ 363,00 respectivamente. Ao final do período estudado, em 2002, a desigualdade entre essas duas regiões persistia, havendo uma diferença na qual a renda média real mensal do Nordeste correspondia a 46,04% dos R\$ 493,00 recebidos no Sudeste do país. Ao longo desses dez anos, a renda do Nordeste situou-se na faixa dos 44 a 46% do total recebido na região mais próspera do país. O caso do Nordeste é o mais crítico de todos em termos de desigualdades de rendimentos, pois os nordestinos receberam em média menos da metade que se recebeu no Sudeste; porém, há desigualdade de rendimentos entre todas as grandes regiões em relação ao Sudeste. A região Norte urbana recebeu em média 63% dos rendimentos médios reais mensais do Sudeste e chegou ao pico de 71,7% dos R\$ 385,00 recebidos no Sudeste em 1993. O Centro-Oeste recebeu em média 88% do

Sudeste; foi uma diferença menor que o verificado entre Nordeste e Sudeste. Após 1996, a diferença entre as regiões do Centro-Oeste e Sudeste apresentou tendência de diminuição, e correspondente a R\$ 460,00 e R\$ 493,00 respectivamente. Os três estados do Sul do país apresentaram os rendimentos médios mensais reais mais próximos da região Sudeste; em 1992 os rendimentos corresponderam a R\$ 335,00 e R\$ 363,00 respectivamente, e dez anos mais tarde a R\$ 454,00 e R\$ 493,00. O Sul recebeu na faixa de 87,6 a 97% do total recebido no Sudeste.

É possível verificar através da Tabela 10 o comportamento da renda recebida em cada região.

TABELA 10 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES (EM R\$)

ANO	NORTE URBANA	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1992	240	160	363	335	314
1993	276	176	385	374	362
1995	352	224	518	466	420
1996	336	227	526	467	435
1997	334	226	526	461	458
1998	325	235	521	465	464
1999	307	223	486	450	429
2001	312	224	495	460	443
2002	311	227	493	454	460

FONTE: IBGE, PNAD 2002.

3.4.3 Gênero e Desigualdades de Rendimentos

Desde o início dos anos 90 até o início da próxima década, foi percebida a existência de desigualdades entre os rendimentos reais mensais auferidos pelos homens e pelas mulheres brasileiras. As diferenças são tão gritantes que somente em

2002 as mulheres passaram a receber cerca da metade dos rendimentos dos homens. Em 1992, a renda média real mensal dos homens correspondeu a R\$ 432,00, enquanto as mulheres receberam cerca de 37,3% desse valor, ou seja, o equivalente a R\$ 161,00. Ao longo de dez anos, os diferenciais salariais por gênero foram diminuindo, com as mulheres chegando a receber o equivalente a 41,5% do rendimento médio mensal real dos homens em 1996; no ano seguinte esse percentual passou para 42,9%, em 1999 chegou a 45,3% e em 2002 atingiu seu valor máximo de 49,9% dos rendimentos dos homens, o que pode ser observado conforme a Tabela 11.

TABELA 11 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO – 1992/2002 (EM R\$)

ANOS	HOMENS (A)	MULHERES (B)	B/A
1992	432	161	0,372
1993	472	171	0,362
1995	600	239	0,398
1996	597	248	0,415
1997	597	249	0,417
1998	594	255	0,429
1999	550	249	0,452
2001	548	264	0,481
2002	541	270	0,499

FONTE: IBGE, PNAD 2002.

Entre 1992 e 2002 o rendimento médio mensal dos homens teve um ganho real de 25,2%. No início do período a renda deles saltou de R\$ 432,00 para R\$ 600,00 três anos mais tarde. Após 1995, pode-se observar quedas sucessivas nos rendimentos e em 2002 o valor era 10,9% inferior ao registrado em 1995, porém superior aos R\$ 432,00 do início da década.

Em contrapartida, o rendimento médio mensal das mulheres aumentou sucessivamente até 2002, com exceção apenas de 1999, quando a renda caiu para R\$

249,00; a razão entre os rendimentos médios mensais reais das mulheres sobre os rendimentos dos homens aumentou em consequência disso, caminhando em direção a desigualdade dos rendimentos recebidos pelas mulheres e homens, porém as diferenças estão muito longe de se equipararem, tendo em vista que somente em 2002 os rendimentos médios estiveram muito próximos da metade dos recebimentos dos homens.

4 CONCLUSÃO

O Brasil tem por tradição a renda distribuída de forma totalmente desigual, e apesar de possuir o produto nacional suficiente para proporcionar um padrão de vida razoável à sua população existe na realidade um grande número de pessoas recebendo rendimentos baixíssimos e uma grande parcela da renda concentrada nas mãos de poucos indivíduos.

Examinando-se a economia das três últimas décadas, verifica-se que a adoção na década de 70, do modelo econômico voltado para as exportações via endividamento externo proporcionou altas taxas de crescimento do produto nacional, e nada melhorou para as camadas mais baixas da população; quase a metade dos brasileiros era miserável e os trabalhadores tiveram perdas reais em seus salários sob a justificativa de controle da inflação; a renda se concentrou ainda mais nesse período, pois não havia a intenção de dividi-la.

O endividamento externo utilizado como fonte de financiamento do crescimento econômico nos anos 70 e os choques do petróleo ocorridos em 1973 e 1979 tornaram a economia brasileira altamente vulnerável, conferindo altas taxas de inflação na década de 80. A busca pela estabilização constituiu o principal alvo da política econômica, e mais uma vez não houve espaço para resolver o problema da pobreza, que ultrapassou os 50% da população entre 1983 e 1984.

Na década de 90 foram realizadas diversas reformas estruturais, tais como a abertura da economia, redução da presença do Estado na mesma, estabilização econômica, privatizações entre outras, seguindo a cartilha do modelo neoliberal de desenvolvimento. O sucesso inicial dessas medidas beneficiou as camadas mais baixas da população, e a pobreza absoluta diminuiu.

Em termos de distribuição de renda, houve oscilações através dos dez anos de estudo, porém ao final verificou-se um retorno aos níveis iniciais de 1992.

O grau de desigualdades do Brasil é um dos maiores do mundo, tanto em relação a países mais desenvolvidos como Estados Unidos, Suíça e Itália, quanto em relação a países mais pobres como Paraguai e Bolívia, se assemelhando ao perfil dos países africanos pobres e atrasados economicamente.

Tendo um território de dimensões continentais, cada região do Brasil tem sua própria complexidade econômica, que se refletem em diferentes níveis de distribuição de renda. Numa escala decrescente, a região com maior concentração de renda apresentada ao longo do período foi a Centro-Oeste, Nordeste, Norte Urbana, Sudeste e Sul. Apesar das oscilações ocorridas entre 1992 e 2002 no índice de GINI de cada região, não houve melhora na distribuição da renda, pois os valores correspondentes ao início e ao fim do período praticamente se equipararam, com exceção apenas do Sul cujo coeficiente caiu em 3.2%.

A renda dos homens também esteve concentrada, com a diferença de que as desigualdades se agravaram entre as mulheres e entre os homens não se alteraram.

Através da análise da apropriação da renda pelos 10% mais pobres e pelos 10% mais ricos da população, foi possível observar que os ricos detinham quase a metade dos rendimentos do país, e para os pobres restou em torno de 1% do total.

Até a implantação do Plano Real, o percentual destinado à remuneração do trabalho era superior à remuneração do capital. Ao longo de toda a vigência desse plano, houve uma inversão na distribuição funcional da renda em favor da remuneração do capital, agravando as desigualdades.

Em termos monetários, houve um salto na renda média real dos trabalhadores de todas as regiões do país, mantendo-se as disparidades entre as mesmas. Também melhorou em termos monetários a renda média real dos homens e das mulheres, que passaram a receber em 2002, quase a metade dos rendimentos dos homens.

Portanto, as desigualdades de rendimentos do Brasil foram observadas sob vários aspectos, e conclui-se que não houve esforços por parte dos formuladores de política econômica no sentido de tornar a distribuição da renda mais igualitária.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Texto para discussão, nº 377, Rio de Janeiro, IPEA, julho, 1995. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1995/td_0377.pdf> Acesso em: 02 maio 2004.

BAUMANN, R. **Brasil en los años noventa: una economía en transición**. Revista de la CEPAL Nº 73. Santiago de Chile, abril, 2001. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/revista/noticias/articuloCEPAL>> Acesso em: 08 ago. 2004.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983**. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Incompatibilidade distributiva e desenvolvimento auto-sustentado. In: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C.(Org.). **Políticas para a retomada do crescimento – reflexões de economistas brasileiros**. Brasília: IPEA/CEPAL, 2002. p117-148.

FERREIRA, F. H. G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil:luta de classes ou heterogeneidade educacional?** Texto para discussão nº 415. Rio de Janeiro, Departamento de Economia, PUC, fevereiro, 2000. Disponível em: <<http://www.iets.inf.br/acervo/Artigos/riotexdis415.html>> Acesso em: 27 out. 2003.

FURTADO, M. B. **Síntese da economia brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

IBGE. **Departamento De Contas Nacionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estatistica/economia/contasnacionais/contasnacionais2002.pdf>> Acesso em: 14 maio 2004.

_____. **Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios 2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/10102003pnad2002.shtm>> Acesso em: 14 maio 2004.

MEDINA, F. Consideraciones sobre el índice de GINI para medir la concentración del ingreso. In: **Série estudios estadísticos y prospectivos**. Santiago de Chile, CEPAL, marzo, 2001. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/P6570.xml&xsl/base=tpl/top-bottom.xslt>> Acesso em: 13 out. 2004.

NERI, M.; CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. **Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações**. Texto para discussão nº 743. Rio de Janeiro, IPEA, julho, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td2000/td0743.pdf>> Acesso em: 14 maio 2004.

ONU. **Desigualdade marca avanço do Brasil nos Objetivos da ONU**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/noticias/impresao.php?id01=692>> Acesso em 29 out. 2004.

_____. **Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em 01 nov. 2004.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2002**. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/HDR/HDR2002/default.asp>> Acesso em 01 nov. 2004.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?** Texto para discussão nº 91. Rio de Janeiro, BNDES, novembro, 2001. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-91.pdf>> Acesso em: 02 maio 2004.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

QUADROS, W. J.; ANTUNES, D. J. N. **Classes sociais e distribuição de renda no Brasil nos anos noventa**. Caderno do CESIT nº 30. Campinas, CESIT, outubro, 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/download/caderno.pdf>> Acesso em: 02 maio 2004.

RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt22i.pdf>> Acesso em: 14 maio 2004.

RAMOS, L.; VIEIRA, M. L. **Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes**. Texto para discussão nº 803. Rio de Janeiro, IPEA, junho, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0803.pdf> Acesso em: 05 maio 2004.

SILBER, S. D. **Mudanças estruturais na economia brasileira (1988-2002): abertura, estabilização e crescimento**. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/sdsilber>> Acesso em: 02 maio 2004.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GREMAUD, A. P.; BARROS, R. P.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1996.